

Considerações sobre a crise do Estado no Brasil: crítica ao "Consenso de Washington"

*Laércio Barbosa Pereira**

A crise dos anos 80 nos países da América Latina impulsionou a retomada das problemáticas concernentes às relações entre Estado e desenvolvimento. No Brasil, com a crise econômica dos anos 80, exponenciada, de um lado, nos desequilíbrios estruturais decorrentes da inadequação entre estrutura produtiva e estrutura de demanda (expansão do potencial produtivo não acompanhada por uma distribuição mais equitativa dos excedentes), nos déficits fiscais, na estagnação dos investimentos e nas altas taxas inflacionárias; e, de outro, nos modestos resultados alcançados pelas políticas de estabilização e ajustamento, reacende-se a discussão em torno das complexas relações entre Estado e dinâmica de acumulação, abrindo espaços para interrogações acerca do consenso nacional-desenvolvimentista vigente desde os anos 30. Para Fiori (1992, p. 82),

"(...) a crise dos anos 80, ocorrendo no ápice da industrialização por substituição de importações, pareceu hierarquizar as determinações, trazendo à luz os limites impostos pelas contradições presentes no pacto de dominação que sustentou a estratégia de crescimento e modernização liderada pelo Estado Desenvolvimentista".

Nesse contexto, emergem diversas explicações sobre a natureza e a origem da crise. No presente texto, a análise centralizar-se-á, num primeiro momento, no enfoque do chamado "Consenso de Washington", procurando expor e caracterizar os principais pressupostos subjacentes a esse enfoque; no segundo momento, apresenta-se o enfoque alternativo, com base nas formulações "neo-estruturalistas", e, finalmente, far-se-ão rápidas considerações sobre a crise da economia brasileira.

* Professor, Pesquisador do Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, Doutor em Economia.

1. O surgimento do "Consenso de Washington" pode ser circunscrito no contexto das significativas transformações tecnológicas e financeiras ocorridas nas sociedades industriais avançadas, desde os anos 70, as quais colocaram em dúvida a eficiência das políticas keynesianas e as teorias do desenvolvimento, abrindo lacunas para o ressurgimento do pensamento liberal. É nesse contexto, enquanto síntese do pensamento liberal, que o consenso surge e se torna hegemônico durante os anos 80. O termo foi cunhado por Williamson (1990) para indicar que existe, na visão das sociedades industriais avançadas, um consenso sobre a natureza e as causas da crise latino-americana, bem como sobre as políticas econômicas a serem adotadas. Para Tavares e Fiori (1993, p.18)

"(...) o Consenso de Washington é hoje um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes".

Nesse sentido, observa-se que não se trata somente de uma "visão" das sociedades industriais avançadas, pois ela é compartilhada por determinados segmentos das sociedades subdesenvolvidas. A esse respeito, Fiori (1992, p. 86) afirma que o Brasil,

"(...) agiganta-se, hoje, entre as elites empresariais e intelectuais, um consenso liberal-privatista e antiestatal que vê no mercado a solução para todos os problemas, inclusive os de natureza social, gerados na contramão do sucesso industrializante do desenvolvimento".

Como tradução do pensamento liberal, no diagnóstico sobre a crise latino-americana, o "Consenso de Washington" afirma que esta decorre do excessivo tamanho e ineficiência do Estado. Segundo Bresser Pereira (1991, p.15)

"(...) de acordo com o enfoque de Washington as causas da crise latino-americana são basicamente duas: (I) o excessivo crescimento do Estado, traduzido no protecionismo (o modelo de substituição de importações), excesso de regulação e empresas estatais ineficientes e excessivamente numerosas; (II) o populismo econômico, definido pela incapacidade de controlar o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais tanto no setor privado como no setor público".

A crise aparece como sendo uma crise do Estado:

"O fracasso verificado dos 'programas de desenvolvimento' tornou-se sinônimo de fracasso do setor público em adotar 'políticas eficientes, saudáveis e apropriadas', as quais poderiam ter assegurado sua capacidade de atingir, no futuro, níveis de desenvolvimento econômico e social característicos de sociedades mais avançadas" (MALAN, 1991, p.7).

No diagnóstico liberal, dois temas têm importância destacada, a saber, a governabilidade e a credibilidade do Estado. A governabilidade enquanto administração racional do Estado, como forma de redução das demandas excessivas, que sobrecarrega o setor público. A credibilidade aparece associada à capacidade do Estado em sinalizar, gerar ou orientar o comportamento dos agentes econômicos mediante adoção de adequadas políticas econômicas. A ausência de governabilidade e de credibilidade é colocada pelo discurso liberal como responsável pelos fracassos dos programas de ajustamento e desenvolvimento.

A partir desse diagnóstico, cuja ênfase cai sobre o Estado, as reformas propostas pelo "Consenso" mostram-se clarividentes: basta a estabilização da economia, com liberalização dos mercados, privatização e redução do tamanho do Estado, para promover a retomada do desenvolvimento. De forma mais específica, Williamson (1990, p.8-17) agrupa, sistematicamente, as reformas em instrumentos de políticas econômicas em torno dos quais existe certo consenso, quais sejam:

"(1) disciplina fiscal, buscando a eliminação do déficit público, (2) mudança das prioridades em relação ao gasto público, eliminando subsídios e aumentando os gastos em saúde e educação, (3) reforma tributária, (4) as taxas de juros deveriam ser positivas e determinadas pelo mercado, (5) taxa de câmbio competitiva e orientada em direção ao Exterior, (6) os investimentos estrangeiros diretos não deveriam sofrer restrições, (7) as empresas públicas deveriam ser privatizadas, (8) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas visando promover a competitividade, (9) o direito de propriedade deveria ser mais firmemente garantido".

O sustentáculo dessas reformas está na idéia de que os países, em seu desenvolvimento, deveriam passar por estágios similares e necessários: seu progresso dar-se-ia mediante uma "(...) seqüência lógica de estágios — ou o que se poderia chamar de um padrão de ajustamento necessário pelo qual os países têm de atravessar para retomar o crescimento" (SELOWSKI apud MALAN, 1991, p.7). Segundo a visão liberal, esses estágios seriam alcançados através da adoção das adequadas políticas econômicas de estabilização e ajustamento, as quais, naturalmente, conduziriam à retomada do desenvolvimento: "(...) de repente, tomou-se ponto pacífico que o progresso desses países se daria de forma suavemente linear tão-somente com a adoção do tipo certo de programa integrado de desenvolvimento (HIRSCHMAN, 1981, p. 24). Assim, a seqüência correta de

ajuste seria a estabilização da economia, o que passaria pela recuperação da credibilidade e da governabilidade, e, a partir desta, dar-se-iam as reformas estruturais — abertura comercial e financeira, desregulação e privatização — que levariam à retomada do desenvolvimento.

O que salta aos olhos é a extravagância e a simplicidade do diagnóstico e das estratégias propostas pelo "Consenso de Washington". Ao situar as causas da crise da América Latina no crescimento exagerado do Estado e na indisciplina fiscal (populismo), atribuindo pouca importância aos problemas oriundos da dívida externa, desconsiderando a heterogeneidade estrutural em termos de níveis de produtividade e competitividade, as diferenciações no mercado de trabalho, o desemprego estrutural e os baixos níveis salariais, a ciranda financeira, as relações de poder entre as diversas classes e frações de classes, o enfoque de Washington o faz de maneira atemporal, não contextualizando historicamente as duas características. Segundo Bresser Pereira (1991, p.16) " (...) não tem (...) nenhum caráter histórico, não situa a intervenção do Estado e do populismo econômico num plano histórico, sugerindo implicitamente que estes problemas foram sempre, historicamente, causas da crise".

Ao colocar nesses termos a crise latino-americana, desconsiderando as condições históricas da mesma, principalmente no que se refere aos problemas da dívida externa, a elaboração desse diagnóstico apresenta, nas palavras de Portella Filho (1994, p.106),

"(...) um forte viés político-ideológico. A crise financeira de 1982 ameaçava proporcionar grandes prejuízos aos bancos privados internacionais, especialmente os grandes bancos americanos, que haviam emprestado à América Latina quase 180% de seu capital. Como as políticas dos organismos multinacionais são muito influenciadas por pressões do governo americano, o FMI e o BIRD foram induzidos a atuar, ao longo da crise, não só como executores dos programas de ajustamento, mas também (ainda que de forma extra-oficial), como cobradores dos títulos dos bancos privados".

Assim, importam menos a estabilização e a solução da crise do que a geração de superávits comerciais para saldar as obrigações com os bancos privados internacionais. Nessa perspectiva, o programa de ajustamento proposto pelo "Consenso" inclui uma drástica redução da demanda interna para obtenção de saldos favoráveis na balança comercial. Essa redução envolve diminuição do raio de ação do Estado e arrocho salarial. Segundo Portella Filho (1994, p.108), "(...) na maioria dos programas de ajustamento, o arrocho salarial é incluído de forma muito discreta, porém firme, com base na crença de que as contenções salariais permitem redução mais rápida da inflação e aumento na competitividade das exportações". As consequências são bastante visíveis: diminuição dos níveis de emprego, concentração da renda, queda nos salários — o Brasil registrou, entre 1980 a 1992, uma redução no salário mínimo superior a 40% (BALANÇO..., 1992, p.47) — e aumento da marginalização social.

2. Para avaliar de forma mais lúcida a natureza e a causa da crise nos países da América Latina, é necessária uma análise dos diversos fatores internos e externos que contribuem para sua concretização, pois a instabilidade econômica desses países,

"(...) sua força e duração, sugerem que há em ação uma série de fatores convergentes e inter-relacionados, que vão desde a cultura e estrutura social até a vulnerabilidade econômica. É fútil, portanto, enumerar precondições e apresentar estratégias de mudanças abrangentes" (HIRSCHMANN apud MALAN, 1991, p.8).

Há que se observar a historicidade e as particularidades de cada formação histórico-social, desvendando os nexos causais entre os elementos responsáveis por sua evolução. Trata-se de observar a temporalidade e a dinâmica dos eventos.

A análise "neo-estruturalista" caminha nessa direção. Segundo Feinstein (1984, p.122), o neo-estruturalismo centraliza seu diagnóstico nos seguintes aspectos:

"I) o modo de inserção da economia e sociedade nacional (ou regional) na estrutura internacional; II) a estrutura econômica e social, assim como a de poder; III) os condicionamentos estruturais que operam sobre o comportamento dos agentes econômicos, e IV) a interdependência conjuntura-estrutura".

Com ênfase nas questões estruturais, as políticas propostas pelo enfoque neo-estruturalista centralizam-se nas características das relações de acumulação. Isso significa que a formulação dessas políticas deve variar de acordo com as particularidades de cada caso. Segue-se que "(...) o enfoque neo-estruturalista não parte de (nem chega a) receitas válidas em todo contexto. Requer-se identificar a natureza da situação em que se encontra o sistema sócio-econômico" (FEINSTEIN, 1984, p.126).

Nesse sentido, se as propostas de estabilização, desregulamentação dos mercados, privatização do setor público e redução do tamanho do Estado, embutidas no "Consenso de Washington", obtiveram êxito em alguns países, isso não significa que os mesmos resultados serão alcançados no Brasil. Segundo Malan (1991, p.8), "(...) seria um erro (...) correr atrás de histórias de sucesso como se a experiência particular de um dado país, relativamente mais bem-sucedido, pudesse ser facilmente generalizada e aplicada a todos os outros países da região". Certamente, na formulação de políticas econômicas, determinadas identidades macroeconômicas e microeconômicas devem ser observadas para alcançar a estabilização, transformando o sistema de preços num dispositivo que oriente a alocação dos recursos, mas isso não significa que exista um receituário único de ação. "Não existe um modelo comum nem uma receita única que se poderia aplicar a todos [os países em

desenvolvimento] (...) é preciso ater-se às especificidades de cada país" (FISHER, 1986, p.167). Para esse autor, algumas experiências com programas de liberalização, no Cone Sul, têm gerado resultados desfavoráveis. Além disso, ajustes estruturais, a nível microeconômico, impõem, no curto prazo, altos custos. Assim, a questão dos ajustamentos deverá

"(...) ser determinada por cada país baseado nos detalhes de suas particulares distorções e na análise das possíveis consequências decorrentes das mudanças. O argumento generalizado a favor da liberalização não será, e não deveria ser, suficiente para persuadir formuladores de políticas econômicas responsáveis a caminharem nessa direção, sem julgarem as consequências (FISHER, 1986, p.166).

Segue-se que

"(...) não há um caminho único, nem fórmula simples ou modelo simples a ser seguido. Cada país ou região deve analisar em profundidade o que poderá ser no futuro, como economia e como sociedade, e adotar, é claro, as políticas apropriadas. Mas políticas também apropriadas a uma estratégia de crescimento voltada para o futuro, respaldada nos setores modernos das estruturas econômicas, social, política e institucional do país em questão" (MALAN, 1991, p.11).

A elaboração dessa estratégia passa por uma redefinição das relações entre Estado e dinâmica de acumulação. Trata-se de uma mudança qualitativa do Estado,

"(...) uma mudança que o deve colocar na posição de sustentáculo fundamental das estratégias de conquista dos mercados externos e de luta pelos mercados internos, além de promotor ativo da justa distribuição de renda e da melhoria das condições de vida da população. Uma mudança, por outro lado, que requer imensa flexibilidade instrumental e diminuição do peso patrimonial, para viabilizar um Estado ágil, interna e externamente, em suas intervenções definidas por uma estratégia que solidarize os setores empresariais hegemônicos com as burocracias estatais" (FIORI, 1992, p.88).

A ênfase deve direcionar-se para as transformações estruturais — reorganização da estrutura administrativa do Estado e reestruturação produtiva —, destacando-se o papel fundamental das políticas econômicas nesse processo.

Trata-se de recuperar o próprio significado do termo "política econômica", o que requer uma reflexão acerca da natureza do Estado nas sociedades capitalistas. Nessas sociedades, Estado e dinâmica de acumulação influen-

ciam-se e determinam-se reciprocamente. A estrutura e a postura do Estado adaptam-se às transformações no processo de acumulação e, ao mesmo tempo, viabilizam essas transformações, na medida em que grupos de interesses se inscrevem na estrutura do Estado, influenciando a elaboração e a implementação das políticas públicas. Por conseguinte, a política econômica mostra-se o lugar privilegiado para visualizar a influência e a determinação recíproca entre Estado e processo de acumulação, o que significa dizer que a política econômica deve ser volátil, flexível, capaz de responder a determinadas circunstâncias históricas postas pela acumulação. Segue-se que sua formulação e implementação deve resultar da observação dessas circunstâncias.

A interdependência entre Estado e processo de acumulação toma-se ainda mais visível se se observa o comportamento do elemento central — o coração — da economia capitalista: a firma. A firma não atua como *locus* isolado da acumulação, mas, sim, enquanto entidade gregária. Suas decisões são cada vez mais interdependentes e convergentes com o seu comportamento gregário, o que significa que as decisões e as ações entre as firmas operam com "efeito dominó", em movimentos realimentadores, os quais dependem do ambiente macroeconômico. As decisões das firmas são tomadas tendo em vista um determinado quadro institucional, seguindo determinada orientação macroeconômica definida pelas políticas e pelas normas do Estado. O Estado desempenha um papel fundamental no comportamento das firmas enquanto elemento impulsionador das reações em cadeia, agindo como coordenador e sinalizador à direção dos investidores. Dado o quadro institucional, determina-se o comportamento da firma. Colocado dessa forma, as regulações macroeconômicas importam na atuação da firma, e esta aparece como instituição e organização que reflete essas regulações. Portanto, reflete as instituições do país no qual atua, o que sugere a existência de uma especificidade no comportamento das firmas em diferentes países. A observação dessa especificidade é de crucial importância à análise e à formulação de políticas econômicas.

3. Levando em consideração a interdependência entre Estado e economia, no caso do Brasil, a crise não pode ser vista somente enquanto crise do Estado. Ela aparece enquanto esgotamento, a exacerbação das contradições de um padrão de desenvolvimento baseado no processo de industrialização via substituição de importações, alicerçado pelo Estado Desenvolvimentista desde os anos 30: uma industrialização que, se, de um lado, obteve êxitos quanto à instalação de uma estrutura industrial moderna (nos moldes da Segunda Revolução Industrial), relativamente integrada e diversificada, por outro, se mostrou perversa, marcada por uma distribuição extremamente regressiva dos excedentes, com baixos salários, elevado desemprego estrutural, polarização social e miséria da

maioria da população. Portanto, trata-se de uma crise de caráter estrutural, que assume várias dimensões. Analisando a crise atual, Conceição (1989, p. 205) afirma:

"Ela é uma crise econômica porque o padrão de crescimento capitalista é incapaz de se auto-reproduzir endogenamente. Ela é uma crise social porque as peculiaridades históricas de exclusão e marginalização das massas impõem uma nova rearticulação incompatível com a até então existente. Ela é uma crise política porque as classes dominantes no poder vêm-se mostrando incapazes e estão impossibilitadas de perfilar e propor um novo projeto de desenvolvimento capitalista. Ela é uma crise do aparelho de Estado porque o mecanismo das finanças públicas é incapaz de se auto-administrar, dado o gigantismo do 'déficit' público, do endividamento interno e da falência do 'Estado regulador intervencionista keynesiano', tanto no plano internacional quanto em sua forma de Estado desenvolvimentista nacional. Finalmente, ela também é uma crise cujo montante da dívida revela apenas mais uma face da grande crise que o capitalismo vem enfrentando em escala mundial".

Nesse sentido, sendo que a crise assume várias dimensões, na formulação das atuais políticas econômicas é de fundamental importância a observação do legado histórico do Nacional-Desenvolvimentismo, pois permite visualizar com maior clareza as condições objetivas — estrutura produtiva e estrutura de demanda — que influenciam as decisões dos agentes econômicos e do Estado.

Na medida em que prossegue a manutenção, por parte do Estado através de suas políticas recessivas e de "captação de dólares", do modelo de desenvolvimento concentracionista e excludente, os principais problemas da economia vão se agravando. Apesar de promover um intenso processo de industrialização e urbanização da sociedade, ocasionando significativas transformações na estrutura produtiva e de demanda, mediante uma crescente expansão e diversificação nos padrões de consumo, conferindo certo dinamismo ao mercado interno, a ação do Estado resultou na ampliação do descompasso entre estrutura produtiva e de demanda interna. A orientação do modelo de desenvolvimento obstaculizou um maior dinamismo do mercado interno, na medida em que os mecanismos de política econômica adotados impediram que parte significativa dos excedentes gerados fosse redistribuída aos salários. As empresas, diante das políticas de caráter recessivo, passam a adotar um comportamento defensivo, que inclui, entre outros elementos, uma sistemática elevação dos preços aliada ao achatamento dos salários. Ou seja, no período de rápido crescimento econômico que vai de meados dos anos 50 ao final dos anos 70, a concentração de renda e riqueza intensificou-se, uma vez que os ganhos de produtividade não se deslocaram de forma significativa para os salários e/ou preços. Analisando os dados de 1980, Furtado (1989) faz a seguinte afirmação:

"No Brasil os salários correspondem a 17% do produto industrial, menos da metade da média geral (42%) e também bastante inferior à média na América Latina (27%). (...) O *mark-up* da indústria alcançou níveis recordes: ele representa nada mais nada menos que 52% do produto industrial, quase o dobro da média geral (28%). Em outras palavras, a indústria brasileira pratica preços médios muito mais altos do que os praticados pela indústria do resto do mundo".

Nesse mesmo sentido, Araújo Júnior, et al. (1990, p.15), comparando os salários dos trabalhadores em 30 países, no período 1975-86, fazem a seguinte afirmação: "(...) uma constatação é inequívoca: os salários pagos no Brasil situam-se entre os mais baixos do mundo, em torno de 10 a 20% dos níveis vigentes nas economias industrializadas". A partir dessas observações, pode-se afirmar que, em grande parte, a estagnação da economia brasileira na presente década é resultado do enfraquecimento da demanda interna.

Diante desse quadro, evidencia-se o equívoco da retórica liberal na priorização das políticas públicas. Ao situar o problema fundamentalmente na intervenção estatal, advogando a diminuição do Estado e a desregulamentação dos mercados, negligencia diversos aspectos estruturais, esquecendo a íntima relação entre estrutura-conjuntura. Colocando a questão nesses termos, a retórica liberal desconsidera que o Estado atua como parte integrante de um conjunto de relações sociais — a salarial, a mercantil, a concorrencial, etc. — que se influenciam e se determinam reciprocamente. Nesse sentido, não parece analisar as ações do Estado sob uma ótica puramente funcionalista, enquanto únicas responsáveis pela regulação e pela manutenção da estabilidade do sistema econômico. É necessário considerar que os fatores da instabilização e da crise se encontram, em grande parte, no âmbito das decisões dos agentes econômicos no que diz respeito a preços, organização da produção, distribuição de excedente, etc., o que remete à análise da articulação entre estrutura de poder e forças sociais em luta, portanto, ao complexo de relações sociais. Trata-se de analisar o movimento da economia brasileira, sua crise e reprodução, dentro de um processo mais amplo, no interior, segundo a terminologia da "teoria da regulação", de um padrão de desenvolvimento, que se configura a partir da articulação e da recíproca determinação entre um regime de acumulação (que envolve a articulação entre os departamentos; organização da produção; produtividade do trabalho; repartição dos ganhos de produtividade entre lucros, salários e preços) e um modo de regulação (relação salarial, as formas de intervenção estatal; as relações monetárias e de crédito; as formas de inserção na economia internacional), procurando englobar as particularidades e as especificidades da formação histórico-social brasileira.

Nessa perspectiva de análise, o processo de desenvolvimento é visto enquanto um movimento de transformação global, que envolve não somente a expansão e o melhoramento da capacidade produtiva e da intensidade de

acumulação, mas também os modos de apropriação e de distribuição do excedente gerado; não só organização social da produção e divisão do trabalho, mas também uma estrutura social de dominação. Ou seja, a intensidade e o ritmo da acumulação ao nível do processo produtivo não é independente nem indiferente às condições de consumo, à renda dos consumidores e aos padrões de consumo.

Por conseguinte, a retomada do desenvolvimento num país da diversidade e da complexidade do Brasil é tarefa mais complicada do que o simplismo defendido pela retórica liberal. Desse modo, abrangendo aspectos que vão além da mera redução e/ou privatização do Estado,

"(...) a superação da crise (...) aponta para o inevitável e radical realinhamento dos velhos compromissos, de forma a viabilizar uma nova estratégia de desenvolvimento, o que envolve uma reestruturação das relações econômicas e sociais, uma redefinição do espaço de cidadania e uma recomposição do Estado, tão ou mais radical que nos anos 30, mas agora na forma de um regime democrático" (FIORI, 1992, p.85).

Essa recomposição do Estado passa por múltiplas direções, dentre as quais se destaca a recuperação de sua capacidade de regulador macroeconômico, enquanto orientador e sinalizador à direção dos investimentos privados, no sentido de readquirir condições para coordenar e/ou definir determinada trajetória de desenvolvimento. Para tal, toma-se necessário restabelecer as condições de credibilidade, governabilidade e legitimidade do Estado, o que passa pela articulação de um compromisso democrático moderno entre Estado, partidos, sindicatos e empresariado, entrando em acordo sobre a lógica de funcionamento da atividade econômica, definindo as responsabilidades de cada parte e estabelecendo as formas de repartição dos excedentes. Nesse compromisso, acredita-se que uma política econômica que privilegie uma melhor distribuição de renda, com aumento no nível de emprego, maior participação dos salários e dos preços nos ganhos de produtividade, promovendo uma melhor adequação entre produção e demanda, acompanhada de políticas que promovam desenvolvimentos tecnológicos que possibilitem incrementos na produtividade, se mostra mais adequada e eficiente, do ponto de vista econômico e social, para a retomada do desenvolvimento do que as políticas de estabilização e ajuste com desregulamentação dos mercados e Estado mínimo.

Bibliografia

- ARAÚJO JÚNIOR, José T. et al. (1990). Proteção, competitividade e desempenho exportador da economia brasileira nos anos 80. **Pensamento Iberoamericano**, Madrid, n.17, p.13-18.
- BALANÇO preliminar de la economía latinoamericana y el Caribe 1992 (1992). Santiago/Chile: CEPAL.
- BRESSER PEREIRA (1991) ver PEREIRA (1991), Luis Bresser
- CONCEIÇÃO, Otávio A. C. (1989). Grandes crises e estágios da economia brasileira: uma revisão da literatura para um proposta de periodização. In: FARIA, Luis A. Estrella et al. **Desvendando a espuma**: reflexões sobre crise, regulação e capitalismo brasileiro. Porto Alegre: FEE.
- FEINSTEIN, Osvaldo N. (1984). Neoestruturalismo y paradigmas de política económica. **El Trimestre Económico**, Mexico, v.51, n.101, jan./mar.
- FIORI, José L. (1992). Para repensar o papel do estado sem ser um neoliberal. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.12, n.1, jan./mar.
- FISHER, Stabley (1986). Issues in medium-term macroeconomic adjustment. **The world Bank Research Observer**, International Bank for Reconstruction and Development, v.1, n.2, July.
- FURTADO, João E. M. P. (1989). Grandes mark-ups levam à concentração de renda. **Jornal do Economista**, São Paulo, n.14, jun.
- HIRSHMAN, Albert O. (1991). The rise and decline of development economics. In: ESSAYS in trespassing: economics to politics and Beyond. Cambridge University.
- MALAN, Pedro S. (1991). Uma crítica ao consenso de Washington. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.11, n.3, jul./set.
- PEREIRA, Luis C. Bresser (1991). La crisis de America Latina: consenso de Washington o crisis fiscal? **Pensamento Iberoamericano**, Madrid, n.19.
- PORTELLA FILHO, Petrônio (1994). O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington. **Lua Nova**, São Paulo, n.32, p.101-132.
- TAVARES, Maria de C., FIORI, José L. (1993). **Desajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- WILLIAMSON, John, org. (1990). **Latin American adjustment**: how much has happened? Washington: Insititute of International Economics.